

Inflação no Distrito Federal – Maio de 2023

IPCA do Distrito Federal subiu 0,19%, em maio

A inflação oficial medida pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) apresentou alta de 0,19% no Distrito Federal em maio, de acordo com dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Esse resultado posiciona a capital federal na sétima posição do menor índice mensal, entre as 16 regiões analisadas pela pesquisa, ficando abaixo do índice nacional, calculado em 0,26%. No acumulado dos últimos 12 meses, o Distrito Federal registra a segunda maior inflação, de 4,49%. Já no cenário nacional a inflação acumulada foi de 3,94%. Em comparação aos resultados anteriores, a variação dos preços dos bens e serviços apresentou uma forte desaceleração, convergindo o índice para dentro do limite da meta de inflação estabelecida pelo Banco Central.

Analisando o comportamento dos preços nos grupos de bens e serviços que integram o cálculo do IPCA, o de *Saúde e cuidados pessoais* apresentou a maior variação mensal pelo segundo mês consecutivo, em 1,01%, contribuindo em 0,14 ponto percentual (p.p.) para o índice cheio do Distrito Federal. O cenário inflacionário também foi influenciado pela alta nos preços do grupo de *Habituação* (0,68%), *Despesas pessoais* (0,55%), *Vestuário* (1,17%) e *Comunicação* (0,07%). Em contrapartida, outros quatro grupos apresentaram deflação no mês, com maior destaque para o de *Transportes*, cuja variação mensal foi de -0,51%, retirando 0,12 p.p. do índice geral.

Entre os itens que tiveram maior impacto para o desempenho mensal da inflação no Distrito Federal, destacam-se *Veículo próprio* (+0,15 p.p.), que abarca o subitem *Seguro voluntário de veículo* (+0,05 p.p.). Além dos itens *Alimentação fora do domicílio* (+0,07 p.p.), *Produtos farmacêuticos* (+0,07 p.p.) e *Plano de saúde* (+0,07 p.p.), estes últimos impactados pelo reajuste de 5,6% nos preços dos medicamentos e o reajuste dos planos de saúde individuais e familiares autorizado pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), respectivamente. A inflação mensal foi equilibrada pela deflação nos itens *Combustíveis veiculares* (-0,19 p.p.) e *Transporte público* (-0,07 p.p.), que abrangem os subitens de maior contribuição negativa no IPCA de maio, a *Gasolina* (-0,17 p.p.) e *Passagem aérea* (-0,07 p.p.), respectivamente.

IPCA por faixa de renda

No mês de maio, a variação dos preços dos bens e serviços foi sentida de formas distintas em cada um dos estratos de renda do Distrito Federal. O IPCA por faixa de renda, calculado pelo IPEDF, registrou uma inflação de 0,23% entre os grupos de baixa e média-baixa renda. Já para o grupo de renda média-alta, o índice mensal foi de 0,16%. O menor

índice foi registrado na faixa de alta renda, em 0,11%. Analisando o comportamento mensal dos preços, a deflação registrada no grupo de *Transportes* teve maior impacto negativo para as famílias de alta renda, retirando 0,26 p.p. do índice cheio, enquanto para as famílias de renda média a contribuição foi de -0,19 p.p. e para as famílias de baixa renda foi de -0,13 p.p. Em contrapartida, a inflação do grupo de *Habitação* teve maior impacto positivo no estratos de renda mais baixa. No acumulado em 12 meses, a inflação foi de 4,86% para o grupo de renda baixa, de 2,96% para os de média-baixa renda, de 3,25% para o de média-alta renda e de 4,06%, para aqueles de alta renda, evidenciando a presença de heterogeneidades dentro do Distrito Federal.

Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC)

A inflação dos preços dos bens e serviços sentida pelas famílias com renda de um a cinco salários mínimos no Distrito Federal foi a terceira menor variação mensal entre as regiões analisadas pelo IBGE. O cálculo do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) registrou uma inflação de 0,11%, na capital federal, e de 0,36%, no Brasil. No acumulado em 12 meses até maio de 2023, os índices registram altas de 3,56% e 3,74%, respectivamente. Assim como no IPCA, o resultado inflacionário do mês de maio medido pelo INPC foi puxado pelas altas nos grupos de *Habitação* (0,76% e +0,14 p.p.) e *Saúde e cuidados pessoais* (0,90% e +0,09 p.p.). Considerando um maior nível de desagregação dos bens e serviços, a maior contribuição para o índice cheio foi registrada no subitem *Energia elétrica residencial* (+0,08 p.p.), enquanto a menor ficou a cargo do subitem *Gasolina* (-0,17 p.p.).